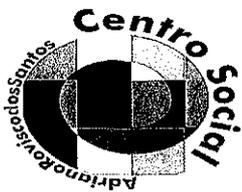


**CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS**  
**SANTOS**

**RELATÓRIO E CONTAS 2017**

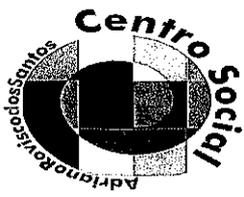




## INDICE

### Página

• Relatório de Gestão -----	2
• Mapa de Frequências de Utentes por Valência -----	10
• Mapa de Investimentos em Ativo Fixo -----	11
• Endividamento e Disponibilidades -----	12
• Balanço Analítico -----	13
• Demonstração de Resultados -----	14
• Anexo -----	15
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal -----	36



---

---

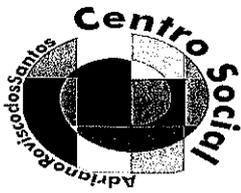
## *Demonstração de Resultados por Naturezas*



---

---

## *Demonstrações Financeiras: Balanço Analítico*



---

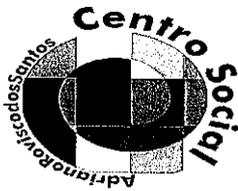
À data da apresentação da prestação de contas de 2017 aos sócios, dia 20 de abril de 2018, as residências estão concluídas e prontas a serem utilizadas. As mesmas foram licenciadas pela tutela ou seja ,pelo Instituto de Segurança Social, para funcionarem na resposta social, Estutura Residencial para pessoas idosas.

O Centro Social financiou a quase totalidade das residências com os seus próprios meios, recorrendo a financiamento bancário apenas no montante de 50.000,00 euros. Para fazer face ao esforço de investimento já realizado, este ano, o Município de Sousel atribuiu 24.760,80 euros, a título de subsídio não reembolsável, o qual será pago no prazo de 48 meses.

Não obstante a dificuldade que a Instituição tem enfrentado com a construção dos referidos apartamentos, a atividade operacional decorreu com normalidade, não existindo fatos extraordinários dignos de destaque.

O Resultado Líquido deste exercício saldou-se num prejuízo de 39.100,75 (trinta e nove mil e cem euros e setenta e cinco cêntimos), que propomos seja transferido para resultados transitados.

O nosso relato é orientado com preocupações de verdade e transparência, sem menosprezar a necessidade de compreensão do que é a vida do dia-a-dia de uma Instituição desta natureza. O que fizemos, fizemo-lo na convicção de que era o melhor quer para os nossos utentes, quer para os nossos colaboradores.



---

---

## **RELATÓRIO E CONTAS DE 2017**

### **Introdução**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem a direcção submeter á apreciação e votação da Assembleia-Geral o Relatório e Contas do exercício de 2017.

Quem assumiu a responsabilidade de gerir, presta contas aos membros da sua gestão, para que assim estes avaliem em que medida os seus interesses foram ou não realizados. Deste modo pretendemos com este documento reflectir a actividade da nossa Instituição, bem como sintetizar alguns aspectos da actuação da mesma durante o exercício de 2017.

O Centro Social Adriano Rovisco dos Santos é uma Instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos que tem por objetivo contribuir para a promoção social, bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população da localidade de Casa Branca, através da prestação de serviços á terceira idade e reformados, com alojamento, alimentação, ocupação, convívio e assistência médica.

Atualmente o Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, possui quatro respostas sociais: Centro de Dia, com acordo com o Instituto de Segurança Social para 13 utentes, Apoio Domiciliário com acordo para 17 utentes, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com acordo para 39 utentes, e o Centro de Convívio com acordo com o Instituto de Segurança Social para 26 utentes.

A cantina social foi sendo descontinuada a partir do mês de Junho de 2017 pelo Instituto de Segurança Social, tendo passado de um acordo para 33 utentes no início do ano para um acordo para 10 utentes no final do ano.

As maiores dificuldades com que a Instituição se debate estão relacionadas com a falta de verbas necessárias para a execução dos projetos que a Instituição gostaria de concretizar.

No entanto, e apesar das contrariedades no final do ano de 2014, deu-se início à construção das Residências Seniores, projeto que a instituição há muito perseguia, e que finalmente conseguiu concretizar.

Durante o exercício de 2015 foram construídos quatro apartamentos com tipologia T1, com capacidade para oito utentes. Durante o período de 2016 procedeu-se á instalação do aquecimento central, bancadas e eletrodomésticos de cozinha. No ano de 2017 foram integralmente mobilados.

### FREQUÊNCIA MÉDIA POR RESPOSTA SOCIAL

Resposta social	Frequência média_2017	Frequência média_2016	Varição_2017_2016
LAR	39	39	0
CENTRO DE DIA	13	13	0
APOIO DOMICILIÁRIO	19	21	-2
CENTRO DE CONVÍVIO	26	26	0
CANTINA SOCIAL	23	32	-9
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>131</b>	<b>-11</b>

### ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM VIGOR A 31/12/2017

Resposta Social	Acordos de cooperação em vigor á data do relato
LAR	39
CENTRO DE DIA	13
APOIO DOMICILIÁRIO	17
CENTRO DE CONVÍVIO	26
CANTINA SOCIAL	10
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>

## ANÁLISE FINANCEIRA:

### INVESTIMENTOS

Os investimentos em activo fixo tangível efectuados pela Instituição totalizaram 5.649,26 euros conforme se detalha no quadro seguinte:

<b>Equipamento</b>	<b>Valor de Aquisição</b>
Ar Condicionado LG	940,95
Banco com costas em madeira	1.791,57
Alarme_Prosegur	1.964,72
Relógio NuxEasy Biométrico	952,02
<b>TOTAL</b>	<b>5.649,26</b>

<b>Morada Unifamiliar_ activo tangível em curso_ 31/12/2017</b>	<b>Valor de Aquisição</b>
Morada Unifamiliar- 4 apartamentos_T1	169.290,61
Morada Unifamiliar_1Bloco_4 Apartamentos_Mobiliário	37.250,07
<b>TOTAL</b>	<b>206.540,68</b>

Nota: Montante gasto com o investimento nos apartamentos e equipamentos á data de 31/12/2017 após dedução do valor de iva permitido por lei.

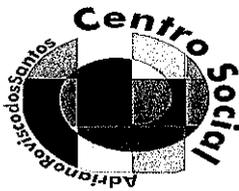
## Endividamento e Disponibilidades

### ENDIVIDAMENTO

		<i>2017</i>	<i>2016</i>
		Dezembro	Dezembro
<b>Endividamento para o Centro Social</b>			
	Utentes c/c	1.084,84	357,30
	Município de Sousel Subsidio	19.808,64	0,00
	Sector publico Administrativo iva a reembolsar	4.161,54	4.730,80
	Outros Devedores IEFP_Seg_Social	775,00	2.462,50
	Adiantamentos a fornecedores (rappel gas)	4.500,00	4.500,10
		<b>30.330,02</b>	<b>12.050,70</b>
<b>Endividamento do Centro Social</b>			
	Fornecedores c/c	20.516,59	12.832,15
	Fornecedores de imobilizado	3.758,05	15.826,40
	Utentes com adiantamentos	3.915,46	5.425,87
	Sector publico Administrativo	8.979,20	6.662,24
	Instituições de Crédito	36.484,74	0,00
		<b>73.654,04</b>	<b>40.746,66</b>
<b>SALDO ENDIVIDAMENTO</b>		<b>-43.324,02</b>	<b>-28.695,96</b>

### DISPONIBILIDADES

		<i>2017</i>	<i>2016</i>
		Dezembro	Dezembro
	Caixa	126,28	236,41
	Deposito á ordem	10.916,98	8.352,79
	Deposito a Prazo	0,00	0,00
		<b>11.043,26</b>	<b>8.589,20</b>



## Rendimentos e Ganhos

Em termos de rendimentos, verifica-se um acréscimo percentual de 2.26% comparativamente com o ano anterior, tendo esta rubrica totalizado 570.034,08 euros, apresentando assim mais 12.868,05 euros que no exercício de 2016.

A rubrica de participações da Segurança Social diminuiu comparativamente com o ano anterior no montante de 1.984,01 euros. Pois, apesar das participações de todas as respostas sociais terem sofrido um aumento percentual de 2,00%, a descontinuidade da cantina social ( desde Junho de 2017) já se reflete neste exercício, indo reflectir-se com maior relevo no próximo ano. Salienta-se que o pagamento por parte do Instituto da Segurança Social das vagas reservadas às camas da segurança social, tem sido mais linear, faltando pagar, na data de relato, apenas o ultimo trimestre de 2017.

As restantes rubricas de rendimentos apresentam valores normais, não existindo situações extraordinárias a destacar.

Em 31 de Dezembro a estrutura de “ Rendimentos e Ganhos” detalha-se da seguinte forma:

<b>RENDIMENTOS</b>	<b>2017</b>		<b>2016</b>		<b>Variação dos Anos</b>
<b><i>Prestação de Serviços</i></b>					
Mensalidades de Utentes	241.634,73		243.491,03		-1.856,30
Quotas e Joias	5.151,30		5.082,74		68,56
		<b>246.786,03</b>		<b>248.573,77</b>	<b>-1.787,74</b>
<b><i>Subsidios a Exploração</i></b>					
Centro Regional de Segurança Social	284.717,62		286.701,63		-1.984,01
Município de Sousel	2.747,52		1.059,48		1.688,04
IEFP	5.753,75		7.697,73		-1.943,98
Outras entidades	0,00		0,00		
Donativos	7.166,67		6.439,50		727,17
		<b>300.385,56</b>		<b>301.898,34</b>	<b>-1.512,78</b>
<b><i>Outros Rendimentos e Ganhos</i></b>					
Rendimentos Suplementares (Eventos, máquina do café)	5.246,63		4.952,27		294,36
Imputação de subsidios ao investimento	15.662,57		15,00		15.647,57
Outros Rendimentos e Ganhos	1.953,29	<b>22.862,49</b>	1.726,65	<b>6.693,92</b>	<b>16.168,57</b>
<b><i>Juros e Outros Rend. Similares</i></b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>570.034,08</b>		<b>557.166,03</b>	<b>12.868,05</b>

### Resultado líquido do período

Gastos e Perdas	609.134,83
Rendimentos e Ganhos	570.034,08
<b>R.L.E.</b>	<b>-39.100,75</b>

<i>Meios Libertos Líquidos</i>	
R.L.E.	-39.100,75
Subsidio Investimento	15.662,57
Amortizações	34.075,90
<b>TOTAL</b>	<b>-20.687,42</b>

## Análise Económica

<i>GASTOS</i>	<i>2017</i>		<i>2016</i>		<i>Variação dos Anos</i>
<b><i>Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas</i></b>					
Generos Alimentares	110.264,57		112.240,07		
Outros	0,00	<b>110.264,57</b>	0,00	<b>112.240,07</b>	<b>-1.975,50</b>
<b><i>Fornecimentos e Serviços Externos</i></b>					
Trabalhos Especializados	6.550,62		7.903,96		<b>-1.353,34</b>
Publicidade e propaganda	172,20		233,70		<b>-61,50</b>
Honorários	1.400,00		480,20		<b>919,80</b>
Conservação e Reparação	16.794,78		14.084,39		<b>2.710,39</b>
Ferramentas e Utensílios	3.110,46		2.747,93		<b>362,53</b>
Material de Escritório	1.863,81		1.788,21		<b>75,60</b>
Artigos para Oferta	897,13		707,12		<b>190,01</b>
Outros Materiais	678,71		581,34		<b>97,37</b>
Electricidade	23.167,88		30.706,06		<b>-7.538,18</b>
Combustíveis Gasoleo	8.440,81		8.523,87		<b>-83,06</b>
Combustíveis Gas	14.706,70		11.925,67		<b>2.781,03</b>
Água	311,43		326,89		<b>-15,46</b>
Deslocações e Estadas	108,30		39,70		<b>68,60</b>
Rendas e Alugueres	826,40		826,40		<b>0,00</b>
Comunicação	2.697,94		2.369,17		<b>328,77</b>
Seguros	1.643,19		1.739,82		<b>-96,63</b>
Limpeza, Higiene e Conforto	22.890,03		17.181,50		<b>5.708,53</b>
Outros Serviços	690,24		1.762,05		<b>-1.071,81</b>
Jornais e revistas	1.258,00		1.243,80		<b>14,20</b>
Rouparia	856,78		1.322,22		<b>-465,44</b>
Máquina do Café Produtos	855,13		1.079,33		<b>-224,20</b>
Trabalhos Manuais	2.190,53		1.706,81		<b>483,72</b>
		<b>112.111,07</b>		<b>109.280,14</b>	<b>2.830,93</b>
<b><i>Gastos com o Pessoal</i></b>					
Remunerações	284.683,45		264.861,80		<b>19.821,65</b>
Encargos sobre Remunerações	62.010,94		56.080,47		<b>5.930,47</b>
Outros Gastos com o Pessoal	639,00		1.024,50		<b>-385,50</b>
Seguros de Acidentes de Trabalho	2.053,35		2.421,11		<b>-367,76</b>
		<b>349.386,74</b>		<b>324.387,88</b>	<b>24.998,86</b>
<b><i>Gastos de Depreciação e Amortização</i></b>	34.075,90	<b>34.075,90</b>	35.766,96	<b>35.766,96</b>	<b>-1.691,06</b>
<b><i>Outros Gastos e Perdas</i></b>					
Outros Gastos e Perdas	1.347,08		551,15		<b>795,93</b>
		<b>1.347,08</b>		<b>551,15</b>	<b>795,93</b>
<b><i>Gastos e Perdas de Financiamento</i></b>	1.949,47	<b>1.949,47</b>	0,00	<b>0,00</b>	<b>1.949,47</b>
<b>TOTAL</b>		<b>609.134,83</b>		<b>582.226,20</b>	<b>26.908,63</b>

## **ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

### **ANÁLISE ECONÓMICA:**

#### **Gastos e Perdas**

Os gastos totais registados pela Instituição em 2017 totalizaram 609.134,83 €, registando-se assim um aumento percentual de 4.45 % relativamente ao ano anterior, o que se traduz num incremento de gastos no montante de 26.908,63 €.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta um acréscimo de apenas 2.830,93 €.

No entanto, existem rubricas que sofrem aumentos significativos, como a Limpeza e higiene ( devido ao facto de termos beneficiado de 5 meses de fornecimento gratuito, no ano de 2016, aquando da mudança de fornecedor), aumentos que são compensados pelo decréscimo de consumo de outras rubricas, como a electricidade, onde se conseguiu diminuir o seu consumo em 7.500,00 euros devido á mudança de fornecedor de electricidade, após consulta ao mercado.

O aumento da rubrica de gastos com o pessoal, principal responsável pelo incremento dos gastos totais, resulta quer do aumento das remunerações ao abrigo da atualização da convenção coletiva de trabalho( em 2017 existiram duas atualizações), quer do aumento da remuneração mínima nacional e demais encargos inerentes a estes aumentos, como as contribuições para a segurança social, como exemplo.

Acresce ainda, que neste exercício, existiram em simultâneo dois programas CEI ( contrato emprego inserção- Centro de Emprego), enquanto no ano anterior apenas tinha sido contratado um.

A estrutura de “Gastos” detalha-se como segue:

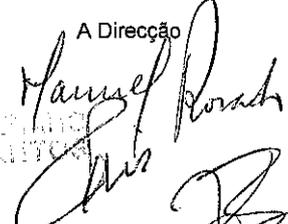
Centro Social Adriano Rovisco dos Santos  
BALANÇO EM 31 De Dezembro de 2017

UNIDADE MONETARIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2.3/5	1.124.691,84	1.132.634,56
Bens do patrimonio histórico e artistico e cultural			
Propriedades de Investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Accionistas/sócios			
		<b>1.124.691,84</b>	<b>1.132.634,56</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	9	2.647,47	3.574,88
Utentes	17.3	1.084,84	357,30
Adiantamentos a fornecedores		1,98	4.500,10
Estados e outros entes públicos	17.10	4.161,54	7.745,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	17.4	76.258,41	59.513,30
Diferimentos	17.5	9.774,30	6.256,45
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17.7	11.043,26	8.589,20
		<b>104.971,80</b>	<b>90.537,09</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1.229.663,64</b>	<b>1.223.171,65</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	17.8	74.101,17	74.101,17
Excedentes técnicos			
Reservas			
Outras reservas			
Resultados transitados	17.8	508.301,48	517.804,25
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	559.716,84	565.334,69
		<b>1.142.119,49</b>	<b>1.157.240,11</b>
Resultado líquido do período		<b>-39.100,75</b>	<b>-25.060,17</b>
<b>Total do fundo social</b>		<b>1.103.018,74</b>	<b>1.132.179,94</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	8	36.484,74	0,00
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		<b>36.484,74</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17.9	20.516,59	12.832,15
Adiantamentos de utentes		3.915,46	5.425,87
Estado e outros entes públicos	17.10	8.979,20	7.896,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	17.11	56.748,91	64.837,45
Diferimentos			
Outros passivos financeiros			
		<b>90.160,16</b>	<b>90.991,71</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>126.644,90</b>	<b>90.991,71</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.229.663,64</b>	<b>1.223.171,65</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O contabilista Certificado

A Direcção  
  
  
  
  
 Centro Social Adriano Rovisco dos Santos  
 Rua da Moura, 100  
 4700-100 Vila Verde  
 T. 251 22 42 42 200 001  
 F. 251 22 42 42 200 001  
 www.csr.roviscosantos.pt

Entidade: Centro Social Adriano Rovisco dos Santos  
 DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	246.786,03	248.573,77
Subsídios, doações e legados á exploração	17.13	300.385,56	301.898,34
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-110.264,57	-112.240,07
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-112.111,07	-109.280,14
Gastos com o pessoal	15	-348.936,74	-324.387,88
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões Especificas (aumentos/reduções)			
Outras Imparidades ( perdas/ reversões)	10/17.15	22.862,49	6.693,92
Outros rendimentos e ganhos	17.16	-1.797,08	-551,15
Outros gastos e perdas			
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>-31075,38</b>	<b>-107067,9</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-34.075,90	-35.766,96
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-37151,28</b>	<b>-25060,17</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10/17.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.17	-1.949,47	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-39100,75</b>	<b>-25060,17</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-39100,75</b>	<b>-25060,17</b>

O Contabilista Certificado

A Direcção

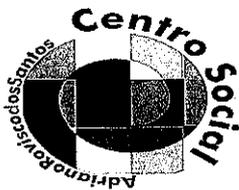
*Franco Rosado*

*José*

*Jorge Amira*

Associação Centro Social Adriano Rovisco dos Santos  
 Rua da Liberdade, 100  
 4700-100 Beja  
 Telefone: 281 212 400/212 401  
 Fax: 281 212 402  
 Email: info@csarsantos.pt

*Adriano*



---

# **CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS SANTOS**

**Anexo  
31 De Dezembro de 2017**

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “Centro Social Adriano Rovisco dos Santos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “ Associação” com sede em COURELA DOS PADRES TRAVESSA DAS ROSEIRAS N.º2, 7470-141 Casa Branca. Tem como atividade principal dar assistência e apoio a pessoas idosas.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo ( periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os momentos recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por

acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este Pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.6 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade. Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do

valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.7 Inventários**

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.8 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### **Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Clientes e outras contas a Receber**

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### **Locações**

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da

“Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,00% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	40.638,39					40.638,39
Edifícios e outras construções	1.198.035,72	1.791,57				1.199.827,29
Equipamento básico	232.644,83	2.905,67				235.550,50
Equipamento de transporte	83.663,93					83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	137.362,94	1.252,02				138.314,96

Outros Activos fixos tangíveis	68.829,78					68.829,78
Investimentos em Curso	186.056,76	20.483,92				206.540,68
<b>Total</b>	<b>1.947.232,35</b>	<b>26.433,18</b>			<b>0,00</b>	<b>1.973.365,53</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	337.076,00	25.209,52				362.285,52
Equipamento básico	221.045,59	6.666,72				227.712,31
Equipamento de transporte	83.663,93					83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	114.404,40	115,31				114.519,71
Outros Activos fixos tangíveis	58.407,87	2.084,35				60.492,22
<b>Total</b>	<b>814.597,79</b>	<b>34.075,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>848.673,69</b>

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	36.484,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.878,33	111.936,62	0,00	3.574,88		0,00	2.647,47
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	109.337,16	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.878,33</b>	<b>111.936,62</b>	<b>0,00</b>	<b>3.574,88</b>		<b>109.337,16</b>	<b>2.647,47</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				112.240,07			110.264,57
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Mensalidades de utilizadores	241.634,73	243.491,03
Quotas e jórias	5.151,30	5.082,74
Promoções para captação de recursos	5.246,63	4.952,27
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	10.939,50
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>252.032,66</b>	<b>264.465,54</b>

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>		
	293.218,89	295.458,84
<b>Apoios do Governo</b>		
<b>Total</b>	<b>293.218,89</b>	<b>295.458,84</b>

## 14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foi de 5. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 28 e em 31/12/2017

foi de “31”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	284.683,45	264.861,80
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	62.010,94	56.080,47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2053,35	2.421,11
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	639,00	1.024,50
<b>Total</b>	<b>349.386,74</b>	<b>324.387,88</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1.084,84	357,30
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>1.084,84</b>	<b>357,30</b>

#### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	54.893,99	54.893,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outros Devedores ( devedores diversos: 780,78 Instituto de segurança social: 775,00; município de sousel: 19.808,64)	21.364,42	4.619,31
Outras Operações com o Pessoal	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>76.258,41</b>	<b>59.513,30</b>

#### 17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Prémios de Seguro Antecipados	1.986,84	1.416,05
Gás	4.500,00	0,00
Inventário de Produtos de Limpeza	887,40	1.240,29
Pintura do edifício_2012-2019	2.400,06	3.600,11
Clientes c/c		
<b>Total</b>	<b>9.774,30</b>	<b>6.256,45</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	126,28	236,41
Depósitos à ordem	10.916,98	8.352,79
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>11.043,26</b>	<b>8.589,20</b>

## 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	74.101,17	0,00	0,00	74.101,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	517.804,25	+15.557,40	*25.060,17	508.301,48
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	565.334,69	25.602,12	31.219,97	559.716,84
<b>Total</b>	<b>1.157.240,11</b>	<b>41.159,52</b>	<b>56.280,14</b>	<b>1.142.119,49</b>

\* Corresponde a aplicação do Resultado Líquido negativo do período de 2016, no montante de 125.060,17

+ Corresponde ao reconhecimento do valor dos subsídios ao investimento referentes a 2016, que por lapso não foram registados.

## 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	20.516,59	12.832,15
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.832,15</b>	<b>12.832,15</b>

As dívidas a fornecedores correspondem a operações correntes da instituição, não existem situações em mora

## 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.161,54	7.745,86
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.161,54</b>	<b>7.745,86</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.577,00	1.234,00
Segurança Social	7.402,20	6.662,24
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Penhora de Vencimento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.979,20</b>	<b>7.896,24</b>

### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>3.758,05</b>		<b>15.826,40</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>41.490,86</b>		<b>38.511,05</b>
<b>Outros credores</b>		<b>11.500,00</b>		<b>10.500,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>56.748,91</b>	<b>0,00</b>	<b>64.837,45</b>

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
	0	0
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes púb._Complicações Segurança Social	284.717,62	286.701,63
Subsídios do Estado e outros entes púb._Município de Sousel	2.747,52	1.059,48
Subsídios do Estado e outros entes públicos _IEFP	5.753,75	7.697,73
Subsídios de outras entidades	0,00	1.723,81
Doações e heranças	7.166,67	10.939,50
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>300.385,56</b>	<b>308.122,15</b>

#### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	25.320,52	22.880,07
Materiais	11.710,55	12.164,77
Energia e fluidos	51.230,14	56.557,71
Deslocações, estadas e transportes	108,30	39,70
Serviços diversos	28.241,56	22.137,89
<b>Total</b>	<b>116.611,07</b>	<b>113.780,14</b>

#### 17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	5.246,63	4.674,29
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	277,98
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17615,86	17,84
<b>Total</b>	<b>22.862,49</b>	<b>4.970,11</b>

#### 17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	160,89	43,45
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1.636,19	507,70
<b>Total</b>	<b>1.797,08</b>	<b>551,15</b>

### 17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	915.44	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1034.03	0,00
<b>Total</b>	<b>1.949,47</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-1.949,47</b>	<b>0,00</b>

### 17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Casa Branca, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

\_\_\_\_\_

A Direção

*Samuel Pinto*  
*Leia*



CENTRO SOCIAL ADRIANO  
RODRIGO DOS SANTOS

Cont. 501 316 221

Tel/Fax: 266 530 200/201

Courela dos Padres - Travessa das Roseiras  
7470-141 CASA BRANCA

*ES*  
*Adriano*

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar sucinto relatório sobre a atividade fiscalizadora que exercemos no Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, com vista a fundamentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Direção, relativos a 2017.

Assim, no exercício das suas atribuições e competências, o Conselho Fiscal, acompanhou a atividade da Instituição mantendo com a Direção e os Serviços um diálogo permanente com vista ao cabal esclarecimento das atividades, dos documentos de suporte e dos respectivos registos contabilísticos. Por seu lado, os critérios e políticas adotados pela Direção na preparação das Demonstrações Financeiras estão sujeitas às particularidades da Instituição. É nossa opinião que os mesmos estão conforme as disposições legais e técnicas vigentes e sustentam adequadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e o respectivo anexo.

É da responsabilidade da Direção a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição e o resultado das suas operações.

Verificamos que não existiu recurso a financiamento externo.

Deste modo apraz-nos dizer que as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados a Instituição e satisfazem as disposições estatutárias.

Nestes termos somos de

### **Parecer**

1. *Que sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e o Anexo, apresentados pela Direção, relativos ao Exercício de 2017.*
2. *Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.*

O Conselho Fiscal

*Jose Loureiro*  
*Jose Guerra*

CENTRO SOCIAL ADRIANO  
ROVISCO DOS SANTOS  
Cont. 801 316 241  
Te./Fax: 208 530 200/201  
Coursela dos Padros - Travessa das Roseiras  
4775-141 CASA BRANCA